

Polêmicas em torno dos signos “evidência científica” e “inclusão” – uma análise de enunciados do Ministério da Educação no Brasil (2018-2022)

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v51i3.3221>

Marina Célia Mendonça¹

Resumo

Este artigo apresenta, a partir da perspectiva da Análise Dialógica do Discurso, discussão de polêmicas presentes em enunciados do Ministério da Educação do governo federal brasileiro sob a presidência de Jair Bolsonaro. Compõem o *corpus* enunciados da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída em 2019, e da Política Nacional de Educação Especial, lançada em 2020. O objetivo é entender como a polêmica presente na vida, na guerra cultural vivida pelos brasileiros, materializa-se em documentos direcionados à educação. A análise centrou-se nas polêmicas manifestas nos signos “inclusão” e “evidência científica”. Os resultados apontam diferentes formas de manifestação das vozes sociais nos signos em pauta (ora se reduz, ora se amplia o sentido do signo), sendo que ambas indicam uma orientação pouco democrática do MEC.

Palavras-chave: Análise Dialógica do Discurso; polêmica; guerra cultural.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil; marina.mendonca@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0002-5712-2346>

Controversies in the signs “scientific evidence” and “inclusion” – an analysis of the statements of the Ministry of Education in Brazil (2018-2022)

Abstract

This paper presents, from the perspective of Dialogic Discourse Analysis, the discussion of controversies in the statements of the Ministry of Education (MEC) of the Brazilian federal government under the presidency of Jair Bolsonaro. The corpus are the statements of the Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituted in 2019, and the Política Nacional de Educação Especial, proposed in 2020. The purpose of the research is to understand how the controversies present in life, in the Brazilian cultural war, materializes in educational documents. The analysis focused on the controversies in the signs “inclusion” and “scientific evidence”. The results indicate different forms of manifestation of social voices in these signs (the meaning of the sign is reduced in one case, in the other this meaning is expanded). Both of which indicate a MEC’s undemocratic orientation.

Keywords: Dialogic Discourse Analysis; controversy; cultural war.

Introdução

A proposta deste trabalho é apresentar, a partir dos estudos bakhtinianos, análise de polêmicas presentes em enunciados de programas propostos pelo Ministério da Educação (daqui em diante, MEC) do governo federal brasileiro no período de 2018 a 2022. Ele se insere em projeto que tem por finalidade analisar discursos sobre ensino/aprendizagem de língua enunciados na esfera política a partir da queda da presidente Dilma Rousseff. Tendo em vista o contexto agonístico vivido no período pela sociedade brasileira, propício para a produção de polêmicas ideológicas, a pesquisa coloca em foco relações entre a esfera política e a escolar, tentando compreender de que forma discursos direcionados à educação, produzidos na esfera política, materializam esses conflitos sociais/ideológicos.

Desde o início da gestão de Jair Bolsonaro, o MEC tem apresentado uma postura combativa, assumindo em seus enunciados uma polarização inusitada. Partimos da hipótese de que esse caráter agonístico é uma forma da manifestação da guerra cultural em contexto brasileiro. Segundo Rocha (2021), a guerra cultural, estudada por Eduardo Wolf no cenário norte-americano após a década de 1960, ganhou contornos próprios no Brasil contemporâneo, sob influência de Olavo de Carvalho, que, a partir da década de 1990, inspirou jovens de direita e extrema-direita brasileiros com o que Rocha entende como “sistema de crenças”, que inclui, entre outros, o revisionismo acerca da memória da ditadura militar e a revanchismo que se apoia em narrativa conspiratória em que a ameaça permanente é o “comunismo”. Assim, o inimigo é, nesse contexto brasileiro de

guerra cultural, identificado de forma generalizante (estereotipada) e pejorativa como “de esquerda”, “petista”, “petralha”, “comunista”, “vermelho” (trata-se de um inimigo imaginário, desumanizado, nessa teoria da conspiração, um inimigo a se combater, a ser eliminado, e a retórica maniqueísta usada contra ele é a do ódio).

Esse contexto brasileiro da guerra cultural coincide, segundo Rocha (2021), com a presença, principalmente a partir das Manifestações de Junho de 2013, de um *ativismo judicial e digital* que nega o sistema político como um todo – isso ajuda a entender como essa guerra cultural tem as redes sociais como arena privilegiada, não somente de defesa de opiniões, mas também de construção de narrativas falsas e de manifestação de negacionismo e discurso de ódio.

Uma metonímia dessa guerra cultural no campo da educação, no Brasil, são os ataques a Paulo Freire feitos repetidamente pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub (que esteve à frente do MEC entre abril de 2019 e junho de 2020). A memória do educador brasileiro, a despeito do largo e notório reconhecimento nacional e internacional, foi obsessivamente atacada em postagens nas redes sociais do ministro, como ilustram os exemplos a seguir, que o colocam como exemplar desse inimigo “esquerdista” a se combater:

1. Devemos retirar o mural do Paulo Freire em frente ao MEC? Acho que deve ser mantido, até que o Brasil deixe de ser o PIOR país na América do Sul (PISA 2018). Paulo Freire representa o fracasso da educação esquerdista (FHC+PT). Um dia o Brasil terá outro patrono da educação! (WEINTRAUB, 2020).
2. Paulo Freire faz 99 anos. Não morreu! Vive nas catacumbas das escolas se alimentando do futuro de nossas crianças. É tão ruim que até os países comunistas pararam de usar. Só no Brasil se usa e os resultados são mérévilhesis... Parabéns VAMPIRÃO! Feio pra carai... (LEGADO, 2020).

Nesse contexto da guerra cultural, os enunciados dos programas propostos pelo MEC do governo brasileiro, no recorte temporal destacado para esta pesquisa, criticam abertamente políticas educacionais anteriores, produzidas por governos ideologicamente identificados mais ao centro, ao centro-esquerda e/ou à esquerda política. Neste trabalho, partimos de resultados desse nosso projeto, já publicados em forma de capítulo de livro, acerca da Política Nacional de Alfabetização (PNA), lançada em abril de 2019 (MENDONÇA, 2020). No capítulo em questão, o objetivo foi discutir a noção de *literacia familiar* no projeto *Conta pra mim* da PNA, em que se constrói um cronotopo de “cientificidade” e “modernidade” em polêmica com os governos brasileiros anteriores, ao mesmo tempo em que valores conservadores acerca da noção de família se sobrepõem a outros que pretendem promover a inclusão social de famílias homoafetivas ou de afrodescendentes. Assim, neste artigo colocamos em evidência e desenvolvemos a discussão sobre polêmicas materializadas nos signos ideológicos

“evidência científica” e “inclusão”. O signo “evidência científica”, sobre o qual o capítulo citado já se debruçou, é representativo da materialização de polêmicas ideológicas sobre práticas educativas relacionadas à alfabetização, o que justifica o aprofundamento da análise dessa polêmica no presente trabalho. Já o signo “inclusão” centraliza discussões em torno de políticas públicas direcionadas às cotas, à representatividade de populações e comunidades vulneráveis, discussões que mobilizaram e dividiram (muitas vezes de forma polarizada) segmentos políticos e sociais em práticas enunciativas na sociedade brasileira no período em questão, o que também justifica sua seleção para análise neste trabalho. Nesses dois casos, são analisadas essas polêmicas respectivamente em duas políticas educacionais propostas pelo governo Bolsonaro: Política Nacional de Alfabetização (PNA) – o enunciado focalizado é o Caderno da PNA –; Política Nacional de Educação Especial, lançada em setembro de 2020 – o enunciado analisado é o Caderno da PNEE. O interesse da pesquisa é refletir sobre como a guerra cultural se materializa em documentos direcionados à educação brasileira e interfere no campo escolar e em políticas públicas.

O trabalho se insere no quadro da Análise Dialógica do Discurso; são utilizadas, em especial, as noções de diálogo, signo ideológico e alteridade como constitutivas do enunciado, nesse caso inscrito explicitamente em polêmicas. O interesse, na análise proposta, é: entender como se dá relação polêmica do MEC com seu outro, representado como os governos anteriores; entender essa relação no contexto sócio-histórico atual, relacionada, portanto, à guerra cultural em que se insere.

A linguagem como espaço de materialização de conflitos sociais

Este artigo se insere na Análise Dialógica do Discurso, linha de estudo sobre o discurso que tem se firmado no Brasil nas últimas décadas, reunindo número expressivo de pesquisadores que se debruçam sobre escritos de autores russos como Mikhail Bakhtin e Valentín Volóchinov, no chamado Círculo de Bakhtin. Especificamente para a reflexão que pretendemos fazer aqui, trazemos algumas considerações sobre a noção de linguagem dialógica e sua orientação social, que permite compreender a natureza sociológica da linguagem, sua ancoragem no contexto sócio-histórico.

Em ensaio publicado em 1929, *A construção do Enunciado*, Volóchinov argumenta a favor da natureza dialógica da linguagem: “É possível falar que toda comunicação ou interação discursiva ocorre na forma de uma *troca de enunciados*, isto é, na forma de um *diálogo*” (VOLÓVHINOV, 2019a, p. 272, grifo do autor). O autor, assim, reforça a dialogicidade de todo acontecimento discursivo, incluindo-se aí o monólogo interior.

No mesmo ensaio, Volóchinov se ocupa do *tipo de comunicação social cotidiana* (conversa), que é condicionado e, por seu turno, também condiciona o *ambiente social*, ilustrado como a festa, o lazer, a oficina. Dessa forma, para o autor, a *orientação social* do enunciado

se justifica pelo caráter dialógico da linguagem – por se dirigir necessariamente a um interlocutor (real ou imaginário) e esperar dele uma resposta – e por sua relação constitutiva com a vida social.

Observamos que todo discurso é um discurso *dialógico* orientado para outra pessoa, para sua *compreensão* e *resposta* real ou possível. Essa orientação para o “outro”, para o ouvinte, pressupõe inevitavelmente a consideração da inter-relação *sócio-hierárquica* que existe entre os interlocutores. [...] Esta *dependência do enunciado em relação ao peso sócio-hierárquico do auditório* (isto é, do pertencimento de classe dos interlocutores, dos seus bens, da profissão, do cargo [...]) convencionamos chamar de *orientação social* do enunciado.

[...] A orientação social é justamente uma daquelas forças vivas organizadoras que, junto com as condições do enunciado (a situação), constituem não somente a sua força estilística, mas até mesmo a sua estrutura puramente gramatical. (VOLÓCHINOV, 2019a, p. 280, grifo do autor).

Em outros escritos, o autor reforça esse posicionamento sobre a linguagem como fato dialógico e sociológico. Em ensaio de 1926, *A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica*, Volóchinov (2019b, p. 117) defende que “a palavra [...] surge da situação cotidiana extraverbal e mantém uma relação muito estreita com ela. Mais do que isso, a palavra é completada diretamente pela própria vida e não pode ser separada dela sem que o seu sentido seja perdido”. O autor entende que, nessa situação extraverbal, encontram-se três elementos subentendidos: o horizonte espacial comum dos falantes (que pode ser mais ou menos amplo, podendo ser o subentendido de uma família, de uma classe social, de uma nação, de uma época...); o conhecimento e a compreensão comum a eles; e a avaliação comum. Assim, o enunciado é essencialmente dialógico porque produz sentido com a participação do eu e do tu; além disso, o autor destaca que ele não reflete uma situação, ao contrário responde a ela, de maneira ativa – “[...] a palavra aqui não reflete em absoluto a situação extraverbal do mesmo modo que o espelho reflete o objeto. Nesse caso, a palavra tende a *resolver a situação*, atribuindo a ela uma espécie de *conclusão avaliativa*” (VOLÓCHINOV, 2019b, p. 119).

Em sua obra mais conhecida, também publicada em 1929, *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, o autor aborda aspectos já destacados aqui. Aponta o caráter “bilateral” e dialógico da palavra – “A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205, grifo do autor). Argumenta a favor de a situação social condicionar a forma/entonação do enunciado. Defende que o aspecto ideológico é fundamental para a compreensão do enunciado – “A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 181, grifo do autor).

Enfim, faz uma extensa discussão sobre as ideologias e a palavra como signo ideológico, da qual fazemos um recorte aqui chamando atenção para a “multiacentuação” e a “dialética interna” do signo, pois é cara para o nosso *corpus*. O autor, ao apresentar o signo como capaz de não somente refletir, mas também refratar a existência, destaca que é a luta de classes que permite essa refração. Para Volóchinov (2017, p. 113, grifo do autor), “[...] em todo signo ideológico cruzam-se ênfases multidirecionadas. O signo transforma-se no palco de luta de classes”.

Além dessa multiacentuação do signo, é relevante também para este trabalho o estudo feito por Volóchinov (2017) do discurso citado, como recurso estilístico em textos literários russos, franceses e alemães. O autor toma como objeto o “discurso alheio” – as formas sintáticas dos discursos narrativos – e propõe “*problematizar o fenômeno de transmissão do discurso alheio em uma perspectiva sociológica*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 247, grifo do autor). Nas análises desenvolvidas, o autor enfrenta a problemática de compreender a linguagem, em seus torneios sintáticos/entoacionais, como espaço de relação entre acentos/valores e como refração da vivência sócio-histórica – Volóchinov relaciona os tipos de discursos narrativos às sociedades/épocas em que se desenvolveram e se firmaram como estilo preferencial na literatura. As análises acuradas que o autor faz das relações com o “discurso alheio” nessa parte da obra estão em consonância com a abordagem extremamente original das relações dialógicas que Bakhtin faz na narrativa romanesca de Dostoiévski, abordagem que também é relevante para esta pesquisa, como veremos a seguir. Castro (2009), em estudo sobre a temática do discurso citado na obra do Círculo, também aponta essa consonância fundamental nos escritos dos dois autores: o estudo das formas de citação da palavra alheia.

No ensaio sobre a obra de Dostoiévski, Bakhtin (1997) discorre sobre as relações dialógicas que encontra nessa obra, assumindo que a linguagem é espaço inevitável de relação com o outro, de alteridade, como vimos também ser a perspectiva adotada por Volóchinov. Assim, a alteridade, a relação com o discurso alheio, será central no projeto analítico de ambos. Podemos ver, em Bakhtin, como em Volóchinov, que essa relação extrapola o âmbito dos textos literários, mesmo que tenham se debruçado preferencialmente sobre eles. É o que se percebe na citação a seguir:

Um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra na língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou despovoada das vozes dos outros. Absolutamente. A palavra ele a recebe da voz de outro e repleta de voz de outro. No contexto dele, a palavra deriva de outro contexto, é impregnada de elucidações de outros. O próprio pensamento dele já encontra a palavra povoada. Por isso, a orientação da palavra entre palavras, as diferentes sensações da palavra do outro, e os diversos meios de reagir diante dela são provavelmente os problemas mais candentes do estudo metalinguístico de toda palavra, inclusive da palavra artisticamente empregada. (BAKHTIN, 1997, p. 203).

Neste artigo, assumimos essa perspectiva dialógica da linguagem na análise dos enunciados de documentos do MEC. Colocamos esses enunciados em relação com aqueles com que estabelecem diálogo e os interpretamos a partir dessas relações. Assim, é dando um novo contexto ao discurso que ele ganha sentidos, no processo interpretativo e analítico do cotejamento (BAKHTIN, 2011; GERALDI, 2012). Consideramos, também, quando da interpretação dos enunciados, o ambiente social, ou seja, a situação (tal como a entende Volóchinov, conforme exposto anteriormente) como constitutiva dessas relações dialógicas – nesse caso, a guerra cultural vivida pela sociedade brasileira nessa última década é um contexto privilegiado de reflexão. Assim, o enunciado é entendido como um palco (uma arena) em que são refratados os valores sociais em conflito, multidirecionados.

Como vimos em Volóchinov (2017), que realizou análise de formas de citação do discurso na narrativa literária, também Bakhtin (1997) chegou, em suas análises do texto de Dostoiévski, a várias modalidades de relações dialógicas e de bivocalidade. Essas modalidades não serão aqui tomadas como “categorias fechadas”, com as quais chegaríamos a uma classificação das polêmicas empreendidas em nosso *corpus*. Já aponta Brait (2006) para a construção dessas categorias (como a de polifonia) no processo analítico/interpretativo do objeto na obra dos autores do Círculo. Assim, entendendo como fundamental na Análise Dialógica do Discurso a abertura das noções que dão suporte às análises, partiremos do princípio dialógico como constitutivo do enunciado e veremos como ele se manifesta em nosso *corpus*.

Considerações sobre “evidência científica” e “inclusão” nos enunciados do MEC

Como exposto anteriormente, neste artigo partimos de estudo sobre a noção de “literacia familiar” no projeto *Conta pra mim* da PNA, direcionado a pais e responsáveis, em que a noção de “cientificidade” se constrói em polêmica com os governos brasileiros anteriores – a nova política de alfabetização do país constrói uma “modernidade científica” para o novo contexto educacional, embasada em estudos que priorizam modelos científicos na área das ciências cognitivas, em detrimento das ciências da linguagem que dialogam com modelos sociointeracionistas e enunciativo-discursivos. Dessa forma, adota-se a noção de “literacia” – termo utilizado em contexto português e sinônimo de “letramento” – e se apaga a noção de “letramento”, caracterizando como ineficazes as práticas de letramentos propostas e realizadas nas décadas anteriores (MENDONÇA, 2020). É dessa maneira que a PNA se propõe a introduzir no país uma “alfabetização baseada em evidências” científicas (BRASIL, 2019, p. 20).

Dessa forma, a noção de “evidência científica” se define semanticamente em oposição ao contexto educacional das décadas anteriores, nas quais se encontra uma “convergência multidirecionada” de vozes das ciências da linguagem, em um movimento de convivência

de propostas divergentes na construção de práticas docentes de alfabetização e letramentos. É representativa da resistência a esse movimento de silenciamento das vozes dissonantes uma entrevista concedida em 2019 por Telma Ferraz Leal (UFPE) e Aleksandro Santos, educador que então era Diretor-Presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, à Rádio Sociedade:

3. Entrevistador: O MEC afirma que o caderno foi baseado em importantes relatórios científicos internacionais... tá na hora de passar a educação em revista... [...] agora a gente tem esse documento com mais de cinquenta páginas trazendo conceitos né [*Caderno da PNA*]... e **o MEC está chamando de... concepção de alfabetização baseada em evidências...**

Telma: Na realidade não havia um documento... mas eles já estavam anunciando já há bastante tempo... que tinham essa adesão né... ao Método Fônico... **e nesse documento eles deixam muito claro né... que este é um método que atenderia né... a evidências científicas...** na realidade eu acho que esse é um ponto de discussão né... que a gente tem que ter... porque **o que o MEC está concebendo como evidência científica é parte do que a ciência produz** né... é a própria concepção de ciência acho que é o que está em jogo nesse debate... [...] a gente percebe que dentro da possibilidade de abordagem de ciência nós saberíamos naturalmente que **são vários conjuntos de evidência a serem verificados** e cada afirmação parte naturalmente de um lugar... de um [desenho] de pesquisa... daí por diante...

Aleksandro: Primeiro eu quero concordar com a Telma e dizer que... este é um governo... que se esforçou muito pra dizer que está combatendo ideologias... e talvez a definição mais clássica de ideologia seja justamente transformar uma parte [da] realidade numa totalidade... **ao dizer que só existem evidências científicas corroborando o Método Fônico da alfabetização... é exatamente isso que o governo tá fazendo... transformando uma parte [da] realidade... uma parte... uma região da produção científica [sobre] alfabetização... numa totalidade.** é um grande equívoco... agora pra além disso... é... a Política Nacional de Alfabetização gastou boa parte do seu latim... boa parte da sua estruturação... pra fazer guerra de métodos... [...] uma guerra que é lá do final do século dezenove e começo do século vinte né... que o Brasil já tinha superado... já tinha compreendido... que o processo de alfabetização é um processo complexo... no qual entram em jogo diferentes tipos de competências e que portanto... ancorado no processo de alfabetização apenas nas descobertas da decodificação do fonema com grafema é um equívoco crasso... [...]

Telma: a discussão sobre consciência fonológica ela é uma discussão que vem né aqui... muito fortemente desde a década 80... vários pesquisadores na [inaudível] discutem isso... e **muito do que ele disse né... que é cientificamente comprovado a gente sabe que faz parte de debates... discussões...** [...]

Aleksandro: **não é verdade que o Brasil tenha... a partir da indução que nós tivemos nos últimos 20 anos... que nós tenhamos garantido que todas as escolas tenham optado por metodologias por abordagens de alfabetização de orientação construtivista ou socioconstrutivista... na verdade na verdade o que a gente vê é uma grande miscelânea de abordagens de alfabetização** [...]. (RÁDIO, 2019, transcrição de *podcast*, grifo nosso).

Os educadores respondem de forma crítica, em polêmica aberta, na entrevista citada, ao discurso da “alfabetização baseada em evidências” enunciado pelo MEC. A entrevistada cita em discurso indireto o MEC, já o descaracterizando como representativo de uma “verdade” reconhecida, com o uso do verbo no futuro do pretérito do modo indicativo (“atenderia né... a evidências científicas”). Ambos, em resposta ao discurso do Estado, discutem diretamente o que é concebido pelo MEC como “evidência científica”, entendendo que essa voz “apaga” o multidirecionamento presente nas práticas de alfabetização nacionais e nos estudos científicos que influenciam e influenciaram essas práticas nas últimas décadas, que estou aqui chamando de “convergência multidirecionada” de vozes (“o que o MEC está concebendo como evidência científica é parte do que a ciência produz [...] são vários conjuntos de evidência a serem verificados”/ “muito do que ele disse né... que é cientificamente comprovado a gente sabe que faz parte de debates... discussões [...] na verdade o que a gente vê é uma grande miscelânea de abordagens de alfabetização”).

Essa “convergência multidirecionada”, quando integra o consenso social no processo de produção de sentido do signo “evidência científica” – ou seja, conforme Volóchinov (2019b), quando ela é parte do subentendido compartilhado pelos interlocutores – aponta para um espaço de construção de múltiplas práticas baseadas na experiência docente, considerando a heterogeneidade sócio-cultural que caracteriza os espaços educacionais da sociedade brasileira. Na entonação expressiva do discurso do MEC, no entanto, esse movimento que aponta para uma possibilidade de abertura para diferentes práticas é preterido em favor de um discurso monofônico, uma “evidência científica” em que ressoaria somente uma voz, a das ciências cognitivas. O conflito ideológico presente no signo, portanto, orienta a interpretação para realidades sociais opostas: uma em que há espaço para convivência de modelos científicos diferentes nas práticas de alfabetização (podemos dizer que aqui jaz um embrião de prática democrática de convivência de vozes); outra em que somente um modelo é sobreposto aos demais, desqualificando-os (nesse caso, trata-se de uma tendência autoritária, pois tenta barrar uma possível abertura teórico-metodológica em práticas de alfabetização e letramento).

O *Caderno da PNA* se constrói com base nessa orientação autoritária do discurso. Já na Apresentação do documento, que é assinada por Carlos Nadalim, o autor coloca o modelo cognitivo como: “um conjunto vigoroso de evidências”; “a ciência” (com o artigo no singular, no fechamento da heterogeneidade das práticas científicas sobre a linguagem e educação); “mais eficaz” que outros modelos (a orientação é no sentido de valorizar umas práticas em detrimento de outras, com o uso da construção sintática comparativa). Assim, o estilo do documento já se assume como em polêmica com práticas anteriores, que são preteridas e tidas como inadequadas e ineficazes. Veja-se um trecho da Apresentação:

4. A ciência cognitiva da leitura apresenta um **conjunto vigoroso de evidências** sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e indica **os caminhos mais eficazes** para o ensino da leitura e da escrita. A PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram **a ciência**

como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, **as práticas de alfabetização mais eficazes**, a fim de **criar melhores condições** para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país. (BRASIL, 2019, p. 7).

O caderno é recheado de citações científicas de autores estrangeiros e nacionais nas colunas, em verde água, nas margens direita e esquerda, colocadas assim em destaque na edição do documento. Nessas margens, são citados trabalhos na perspectiva das ciências cognitivas, sendo que não há referências a trabalhos científicos em outras áreas. O Caderno, assim, ignora outros modelos científicos presentes nas pesquisas nas ciências da linguagem no Brasil, relacionadas ao contexto contemporâneo da pesquisa dedicada ao ensino dos letramentos. Há um silêncio em torno dos trabalhos na perspectiva crítica, na perspectiva discursiva, na perspectiva etnográfica... O documento, em sua orientação não democrática, ignora e assim desqualifica cerca de 40 anos de ciência dedicada aos estudos da alfabetização e dos letramentos e, recentemente, dos multiletramentos no Brasil.

Isso pode ser entendido dentro do contexto da guerra cultural que se manifesta no Brasil. O inimigo a se combater é o pesquisador na área das ciências humanas, especificamente os educadores e cientistas da linguagem que se identificam com modelos sócio-históricos e interacionistas de explicação dos fatos de linguagem e do processo de aquisição da linguagem oral e escrita. Ele, tomado metonimicamente por Paulo Freire, é taxado como de esquerda, comunista, adepto de um ensino baseado em ideologias, e não em evidências científicas, de um ensino pouco eficaz – veja-se Mendonça (2020). Dessa forma, a guerra cultural se materializa nos discursos sobre alfabetização e afeta a vida social, orientando-a para um horizonte social pouco afeito à diversidade científica.

Mas os enunciados do MEC sobre as evidências científicas não se encontram somente na PNA. Eles também estão presentes na Política Nacional de Educação Especial, conforme pode-se observar no trecho abaixo, retirado de texto que embasa essa política:

5. A expectativa da PNEE 2020 é que a área da educação especial possa fundamentar-se, de modo cada vez mais amplo e profundo, nas **evidências científicas**. Convém explicitar que a **educação baseada em evidências** está fundamentada no conhecimento oriundo de **pesquisas científicas conduzidas com rigor metodológico**, o que possibilita aos educadores identificar métodos e práticas eficientes para suas práticas interventivas no cotidiano escolar (COOK; COOK, 2011 *apud* ORSATI *et al.*, 2015, p. 16). (BRASIL, 2020, p. 36, grifo nosso).

Na Política Nacional de Educação Especial, lançada em setembro de 2020, pelo ministro Milton Ribeiro, também chama atenção o tom polêmico do discurso, em resposta ao contexto político anterior. Na apresentação do Caderno, temos uma justificativa para a proposição da política em questão: a população estaria insatisfeita com a proposta de

educação especial do contexto educacional anterior – assim, os governos anteriores são desqualificados em suas políticas educacionais, atente-se para que a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* é de 2008, lançada durante o governo Lula. Veja-se fragmento da Apresentação a seguir.

6. Ao longo deste período de mais de 170 anos, o Brasil passou por muitos **avanços e retrocessos** em relação ao atendimento educacional ao público-alvo da educação especial. Atualmente, **urge reconhecer que muitos educandos não estão sendo beneficiados com a inclusão em classes regulares e que educandos, familiares, professores e gestores escolares clamam por alternativas**. O Governo Federal não tem sido insensível a esta realidade.

Em resposta a esse clamor, nasce a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, voltada para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. [...]

É necessário ressaltar que **na PNEE 2020 nenhum direito foi tirado e que nenhuma prerrogativa dos estudantes e de suas famílias foi minimizada**. Muito pelo contrário; os direitos foram ampliados para que famílias e estudantes, além da garantia do acesso à escola comum, tenham também o direito a escolas especializadas, sempre que estas forem consideradas, por eles mesmos, como a melhor opção. (BRASIL, 2020, p. 6-7, grifo nosso).

Perceba-se que o MEC, nesse enunciado, também responde àqueles que venham a criticá-lo, antecipando a recepção crítica de seu discurso e a polêmica que se instaura no contexto educacional (“na PNEE 2020 nenhum direito foi tirado e que nenhuma prerrogativa dos estudantes e de suas famílias foi minimizada”). As críticas efetivamente foram numerosas, entre elas, destaca-se que a PNEE foi considerada por educadores como um retrocesso ao colocar as deficiências como doenças e abrir uma brecha para tirar da responsabilidade do Estado a resolução de problemas com a inclusão dos deficientes nas escolas comuns. A complexidade dessa temática é bastante relevante e merece um enfoque aprofundado, inclusive porque declarações polêmicas do ministro Ribeiro feitas à mídia alçaram os muros da academia e atingiram outras esferas de atividade e as redes sociais (vejam-se as declarações de que os deficientes “atrapalham” o aprendizado dos outros em sala de aula e de que os que defendem a “inclusão”, conforme o modelo anterior à proposta do governo de Bolsonaro, são radicais e adeptos de um “inclusivismo” – ver trecho de entrevista à TV Brasil em 09/08/2021, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OigXZDk9zn4>). Entretanto, essa discussão extrapola os limites deste artigo, em que nos propusemos a discutir a noção de inclusão que aparece no documento da PNEE de 2020.

No referido documento, o MEC discute, a partir de uma obra estrangeira, a complexidade do signo “inclusão”, apontando sua polissemia e abrindo espaço para argumentar a favor de uma nova política educacional direcionada aos deficientes, justificando a necessidade de escola especializada para esses sujeitos. Veja-se trecho do documento, a seguir:

7. Num interessante artigo no qual propõe a criação de uma nova abordagem para a educação do público-alvo da educação especial, Hornby demonstra que não há consenso entre os pesquisadores sobre o significado das palavras-chave para o estudo dessa modalidade de educação. [...]

A título de exemplo, Hornby observa que o termo “inclusão” é usado em tantas formas diferentes que pode significar diferentes coisas para diferentes pessoas, ou todas as coisas para todas as pessoas, de tal forma que, a menos que seja claramente definido, o conceito se torna sem sentido. Por exemplo, a defesa da inclusão total no contexto da sala de aula convencional, (mesmo que o educando não seja academicamente beneficiado por estar ali), na prática acaba sendo uma posição contrária à defesa da inclusão no período pós-escolar. **A partir dessa análise, é imprescindível considerar que a inclusão na vida cultural, acadêmica, profissional e política, para muitos será possível apenas se ao educando for garantido o direito de ter atendimento educacional especializado no período em que este atendimento é requerido em função de suas demandas específicas.** Os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento neural, e, para algumas crianças, o atendimento precoce em classe ou escola especializada pode favorecer o sucesso no processo de inclusão nos anos seguintes e essa oportunidade pode ser perdida se for enfatizada apenas a inclusão na sala de aula comum desde o início da escolarização da criança. (BRASIL, 2020, p. 16, grifo nosso).

Nessa linha de argumentação, a “inclusão total” poderia levar a uma exclusão das etapas posteriores da escolarização. Assim, o documento defende que a inclusão não deve ser separada (distinguida) de educação especial – toda educação especial estaria agindo em prol da inclusão do estudante com deficiência, atendendo suas “demandas específicas”. Assim, a PNEE estaria dando, às famílias com deficientes, o direito de optar pelo ensino que preferirem (em escolas comuns ou em centros especializados). Perceba-se que o aspecto valorativo que se preza nesse enunciado do MEC é o direito de as famílias decidirem, valor que é reforçado ao longo de todo o documento. No signo “inclusão” ressoam, dessa forma, valores ideologicamente conflitantes. Por um lado – sob a vigência de “A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008) –, o ensino inclusivo tem como objetivo “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” nas escolas regulares e, no contraturno, no atendimento educacional especializado oferecido pelo poder público, sendo entendido como *dever inalienável do Estado*. Por outro lado, na proposta de 2020, a inclusão ganha enfoque de *direito individual* e, apesar de ser dever inalienável do Estado, este será completado (ou suprido) pelo *poder privado, em escolas especializadas*.

Dessa maneira, abrir brechas para que o estudante com deficiência desista de integrar o ensino numa escola comum não seria estimular a volta ao contexto de exclusão, mas, segundo a perspectiva valorativa do MEC, também seria inclusão permitir que a família escolha o ensino em escola especializada, ou seja, estende-se para a semântica da inclusão o que antes se entendia como exclusão.

Enfim, se o sentido de “evidência científica”, no discurso da PNA, se reduz às pesquisas desenvolvidas no contexto das ciências cognitivas, o sentido de “inclusão” se amplia para qualquer contexto em que se permita ampliar as possibilidades de sucesso pessoal do sujeito deficiente.

Considerações finais

Tendo em vista o contexto ideológico que vive a sociedade brasileira neste começo de século, com a especificidade da guerra cultural aqui desenvolvida, encontramos, nos enunciados do MEC, nos signos ideológicos “evidência científica” e “inclusão”, movimentos de vozes em conflito ora reduzindo o sentido do signo (é o caso de “evidência científica”), ora ampliando seu sentido ao paroxismo de incluir seu oposto “exclusão” (é o caso de “inclusão”).

Acerca das especificidades desses conflitos, é importante ainda pontuar alguns aspectos. No caso do signo “evidência científica”, as políticas públicas dos governos anteriores direcionadas à alfabetização e aos letramentos são questionadas e desqualificadas explicitamente – o outro (as propostas metodológicas outras) é tratado como um inimigo que deve ser “silenciado” e não como aquele com quem se dialoga para a produção de práticas “multidirecionadas”, tendo em vista a diversidade cultural e social do país. No caso do signo “inclusão”, sob a égide do “direito de cada um” – pressuposto básico do liberalismo –, a PNEE coloca o direito da família de “desistir” da inclusão nas escolas comuns acima do dever do Estado de prover as escolas comuns de elementos que deem suporte à inclusão de todas e todos.

Nesses enunciados, temos configurado um contexto para o desenvolvimento de políticas pouco democráticas na sociedade brasileira. Por um lado, se constrói para a escola um espaço-tempo de aprender sem vínculos com contextos sociais e culturais (portanto, um espaço-tempo que esconde as diversidades e historicidades, as quais são valorizadas em propostas de alfabetização que priorizam metodologias de base etnográfica e sócio-histórica). Por outro lado, ao se valorizar o ensino/aprendizagem em escolas especiais (privadas), abrindo-se a brecha para a “escolha individual”, se dá o direito de escolha para quem pode pagar pelo ensino e se diminui a responsabilidade do Estado em oferecer o ensino diferencial para todas e todos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os estudos literários hoje. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2. ed. rev. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. *PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação* – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *PNA: Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização*. – Brasília: MEC, SEALF, 2019.

CASTRO, G. de. Formas sintáticas de enunciação: o problema do discurso citado no Círculo de Bakhtin. *In*: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009.

GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. *In*: GEGE (Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso) (org.). *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012.

LEGADO de Paulo Freire assombra Weintraub, que faz ataques ao educador nas redes: “vampirão”. *Brasil 247*, 19 set. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/legado-de-paulo-freire-assombra-weintraub-que-faz-ataques-ao-educar-nas-redes-vampirao>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MENDONÇA, M. C. Discursos sobre a literacia familiar em contexto brasileiro: considerações sobre cronotopo e política educacional. *In*: CRISTOVÃO, A.; BUBNOVA, T.; RICHARTZ, T. (org.). *Corpo, tempo e espaço*. Franca: Unifran, 2020.

MINISTRO da Educação diz que crianças com deficiências ‘atrapalham’ o aprendizado dos demais. *Poder360*, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OigXZDk9zn4>. Acesso em: 29 ago. 2021.

RÁDIO Sociedade. Alfabetização em debate no Rádio Sociedade. Podcast. 03 set. 2019. Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/radio-sociedade/2019/09/alfabetizacao-em-debate-no-radio-sociedade>. Acesso em: 29 ago. 2021.

ROCHA, J. C. de C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora & Livraria Caminhos, 2021.

VOLÓCHINOV, V. Estilística do discurso literário II: a construção do Enunciado. *In*: VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2019a.

VOLÓCHINOV, V. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. *In*: VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2019b.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, Ensaio Introdutório, Glossário e Notas de S. V. C. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WEINTRAUB ameaça tirar mural de Paulo Freire do MEC: 'Fracasso da educação'. *Uol*, 07 maio 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/05/07/weintraub-ameaca-tirar-mural-de-paulo-freire-do-mec-fracasso-da-educacao.htm>. Acesso em: 29 ago. 2021.